

Para terminar esta recensão crítica, e para voltarmos de alguma forma ao princípio, importa dizer que é por ter uma concepção arcaica do nómada que Urbano Rodrigues o utiliza como elemento instrumental da sua filosofia da história. Na sua perspectiva, o choque entre nómadas e sedentários destruiu civilizações, mas das ruínas brotaram as sementes de novas civilizações. O nómada desempenha, portanto, um papel de força apocalíptica na sua parábola de reformulação dos impérios, uma força apocalíptica que continuará a existir no mundo centro-asiático actual, constituindo uma ameaça para as pretensões hegemónicas da cultura norte-americana. «A história esquecida da Ásia central irradia uma mensagem muito actual: repetidas vezes ali o impossível tornou-se possível. É disso que estamos a precisar na era da sociedade da informação. O impossível deve fazer-se possível, re-humanizando a vida» (pp. 427-428). Trata-se de uma tentação persistente, essa de relacionar as tendências agressivas nómadas com apocalipses. Ainda não há muitos anos Duvignaud pensou a sociedade moderna através do nómada destruidor¹⁵. Mas a tradição apocalíptica vem muito mais de trás. No Antigo Testamento, nas terras de Gog e Magog as hordas cruéis e impiedosas dos archeiros montados aguardariam

a ordem dos céus, o momento destinado, e desceriam sobre as terras como uma tempestade, trazendo a morte e a destruição aos últimos dias do mundo: «Deixarás a tua residência no extremo norte, tu e os povos numerosos que estão contigo, todos montados a cavalo [...] Será no fim dos dias que Eu te conduzirei contra o meu povo, para que as nações me conheçam, quando tiver revelado por teu intermédio a minha santidade a seus olhos, ó Gog¹⁶.» E é, sem dúvida, no terreno da profecia — e não tanto no da historiografia — que o nómada de Miguel Urbano Rodrigues adquire o seu verdadeiro sentido e valor.

JOÃO PEDRO MARQUES

J. Cornwell, Hitler's Pope. The Secret History of Pius XII, Londres, Viking, 1999¹, XII + 430 páginas.

O livro recente de Cornwell a respeito de Pio XII, *Hitler's Pope*, mereceu destaque em parte significativa da imprensa diária portuguesa. Foram publicadas extensas e elogio-

¹⁶ Ezeq., 38, 15-16.

¹ Entretanto, foi publicada tradução portuguesa da obra sob o título *O Papa de Hitler...*, Terramar, 2000. No entanto, e uma vez que fazemos uma recensão muito crítica da obra, entendemos ser preferível manter as nossas traduções a partir da edição original.

¹⁵ Jean Duvignaud, «Esquisse pour le nomade», in *Nomades et vagabonds*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1975, pp. 13-40.

sas paráfrases da obra do irmão de John Le Carré da autoria de João Carlos Silva no *Público* de 24 de Outubro de 1999 (suplemento *Pública*) e de António Rego Chaves no *Diário de Notícias* de 20 de Novembro de 1999 (suplemento *DNA*.) Infelizmente, apenas o primeiro apontamento a respeito da obra, no *Público* de 9 de Setembro deste ano, fez um esboço de leitura crítica da obra. Ora, o livro de Cornwell bem necessita de uma leitura crítica.

Desde logo, porque, ao contrário do que afirmam os comentários elogiosos, o livro não assenta numa pesquisa exaustiva da importante série de trabalhos de outros historiadores sobre a questão da política externa vaticana durante a segunda guerra mundial, e menos ainda num trabalho profundo e original de recolha e análise de fontes². Se o autor tivesse, pelo menos, tido em devida consideração a bibliografia que cita, isso bastaria para ter evitado muitos dos

² O seu trabalho de fontes limita-se praticamente a uma análise dos documentos produzidos pelo futuro Pio XII quando era núncio na Alemanha, entre 1917 e 1929, assim como de elementos memorialísticos vários a respeito do período inicial da sua vida. Ambos bem conhecidos. A única documentação nova que nos parece incluir é uma carta do representante britânico no Vaticano durante a segunda guerra mundial que, ao contrário do que Cornwell afirma, não nos parece vir a alterar substancialmente a ideia por ele dada na época a respeito da posição vaticana face ao III Reich.

N. B.— Todas as referências a páginas entre parênteses no corpo do texto remetem para o texto de Cornwell na edição original.

erros factuais graves ou das estranhas omissões de que a obra padece. Mas, para além disso, Cornwell ignora ainda, total ou parcialmente, autores importantes e com obras recentes a respeito da política externa papal, como sejam Andrea Riccardi, Robert Graham (menciona apenas um livro e um artigo do autor que mais exaustivamente investigou o Vaticano durante a segunda guerra mundial) e Annie Lecroix-Riz, a par de uma série de outros trabalhos em língua francesa. Esta última autora publicou em 1993 uma obra dedicada a demonstrar que o Vaticano seguiu sistematicamente uma política pró-alemã durante a primeira metade do século XX e seria, portanto, um dos pontos de partida evidentes para quem procurasse abordar a problemática da posição de Pio XII durante a segunda guerra mundial. Por ignorância ou por vontade de reclamar para a sua obra uma novidade que ela efectivamente não tem, Cornwell não menciona sequer o trabalho desta historiadora francesa³.

A obra *Hitler's Pope* é apresentada pela editora e pelos seus comentadores portugueses com o selo de

³ Robert Graham publicou uma quantidade de artigos a respeito do Vaticano na segunda guerra mundial na *Civiltà Cattolica*. E a sua obra de 1959, *Vatican Diplomacy*, Princeton University Press, é uma análise de referência a respeito da evolução a longo prazo da diplomacia vaticana e é essencial para perceber a estratégia esboçada por Leão XIII e consolidada a partir de 1914 de *ralliement*, isto é, da procura de um relacionamento amigável com todo o tipo de regimes.

isenção resultante de o seu autor ser católico. Ele teria enfrentado a sua devoção pessoal para com a Igreja em nome da verdade. A sua intenção inicial seria mesmo, segundo Cornwell afirma, a de limpar o nome de Pio XII, mas conclusões da sua investigação produziram nele *a moral shock* perante as culpas deste papa que o levou a passar da ilibação à condenação (p. viii).

Na realidade, o que esta obra de Cornwell, com todas as suas falhas, mostra, mais uma vez, é a pertinência do que afirmam historiadores crentes e não crentes na colectânea *L'Historien et la foi*, publicada pela PUF por iniciativa de Jean Delumeau: o que importa para a qualidade da história, seja ela a do religioso ou de outro campo qualquer, não é o ponto de partida em termos de convicções do historiador, mas sim a forma como ele lida com elas. Ora, claramente, Cornwell mostrou-se in-

capaz do rigor que é exigível a todos os que reclamem para os seus textos a qualificação de textos históricos. Já que o autor mostra ter uma visão a preto e branco da história da *sua* Igreja, com papas bons, progressistas, nos quais inclui João XXIII e Paulo VI, e papas maus, reaccionários, como Pio X, Pio XII e João Paulo II. Este último é considerado uma reencarnação de Pio XII, e portanto todo o livro — de forma explícita aliás, na abertura e no fecho da obra — visa também com a sua condenação da política vaticana durante a segunda guerra mundial o actual papa, que estaria a conduzir a Igreja por um caminho que a história provaria que tinha sido desastroso (pp. 1-8 e 360-371.)

O simplismo e moralismo da visão de Cornwell não são essencialmente diferentes, em termos da sua falta de rigor, de capacidade de integração da complexidade do real e, portanto, de insuficiência como base de um trabalho de investigação histórica, da leitura exactamente inversa que é possível encontrar nos católicos tradicionalistas.

Não discutimos a legitimidade deste tipo de juízos morais. A questão é que a sua imposição *a priori* num estudo histórico, como pretende ser *Hitler's Pope*, leva a que este perca a sua especificidade. A história serve para compreender e explicar em termos do contexto da época, pelo que a função específica do historiador não é a de ser um juiz ou moralista, e sim uma testemunha crí-

Quanto a Annie Lacroix-Riz, *Le Vatican, l'Europe et le Reich de la première guerre mondiale à la guerre froide*, Paris, Armand Colin, 1996, esta obra é a verdadeira referência para quem queira atacar a política externa da Santa Sé. Pois assenta num trabalho de arquivo enorme. O que torna a obra interessante, mesmo para quem, como é o nosso caso, pareça que a autora não consegue defender a validade de uma tese claramente *a priori* que contradiz não só toda a bibliografia historiográfica existente, como também a própria percepção, na época, dos protagonistas da política externa dos diversos Estados analisados, o que leva Lacroix-Riz a técnicas de interpretação textual dignas de um bom *criminal lawyer* americano, mas não de um historiador.

tica, de ser um analista que procura situar os acontecimentos num quadro temporal mais geral. Os juízos morais *a posteriori*, ou seja, a partir das conclusões dos estudos históricos, podem ter perfeito cabimento, inclusive da parte de cada historiador enquanto indivíduo, mas depois da escrita da história, e não como quadro determinante desta. É este tipo de ressalvas éticas que permite que os historiadores se armem o melhor possível para a difícil tarefa de não brincarem com os factos, ou seja, de não fazerem com que a realidade histórica se dobre convenientemente às suas convicções.

Duas citações apenas são suficientes para mostrar como Cornwell não percebe ou não aceita esta imposição deontológica, pelo que concebe a sua obra em termos de uma visão moralista e militante da história como juíza de consciências. A respeito da crise resultante da anexação, em 1938, da Áustria pela Alemanha, Cornwell afirma que nesse caso, e excepcionalmente, o futuro Pio XII «estava do lado dos anjos», ou seja, contra Hitler (p. 202); e eis como formula o seu julgamento final a respeito de Pio XII: «Eu estou convencido de que, tudo somado, o veredicto da história mostra que ele não foi um exemplo de santidade para as gerações futuras, mas um ser humano cheio de defeitos, em relação ao qual os católicos e as nossas relações com outras religiões beneficiarão se expressarmos um sincero arrependimento» (p. 384). Cornwell mostra-se

portanto, e ironicamente, tradicionalista quanto à concepção de história.

Mas quais são as teses fundamentais de Cornwell? E por que é que as consideramos fundamentalmente erradas? Começaremos por desenvolver a resposta ao primeiro ponto antes de avançarmos no sentido da resposta ao segundo.

A conclusão fundamental de Cornwell é a de que o papa Pio XII foi um peão de Hitler; daí o título do livro, *Hitler's Pope*. Ou seja, para o autor britânico, Pio XII fez o que convinha ao chefe nazi que o Vaticano fizesse (p. 297.) E isto desde a época em que Eugenio Pacelli chefia a diplomacia do Vaticano como cardeal secretário de Estado, portanto ainda antes de se tornar o papa Pio XII, em 1939, e logo a partir do momento em que Hitler assumiu o poder, em 1933. Uma prova fundamental disto mesmo seria a imposição pelo futuro Pio XII, enquanto secretário de Estado do Vaticano, da Concordata de 1933 ao episcopado e aos católicos alemães. O resultado desse acordo teria sido o da adesão destes ao regime nazi e o silêncio que desde então o papado teria observado em relação aos abusos do nazismo (pp. 103-178). Mesmo a encíclica papal de 1937, *Mit brennender Sorge*, é considerada insatisfatória por Cornwell, porque nunca refere nominalmente Hitler e o partido nazi, sendo descrita pelo autor britânico como contendo palavras fortes, mas sendo ainda assim ambígua (pp. 179-192). Particularmente grave foi o facto de, sempre

de acordo com Cornwell, Pio XII ter imposto o silêncio do mundo católico em relação ao nazismo sobre questões morais tão graves como a eutanásia activa (até 1943) e o holocausto. Os pronunciamentos gerais que Pio XII fez sobre estas questões, particularmente as suas encíclicas de 1939 (*Summi Pontificatus*) e 1943 (*Mystici Corporis*), e a mensagem do Natal de 1942 são criticados por Cornwell porque, segundo ele, não visavam explicitamente o holocausto, visto que nunca se referiam nominalmente, nas suas condenações do racismo e das perseguições e massacres motivados por ele, a Hitler, aos nazis alemães, aos judeus (pp. 233-234 e 275-77.)

Para Cornwell há uma tese claramente válida e outra claramente não válida para explicar este comportamento de Eugenio Pacelli antes e depois de se ter tornado o papa Pio XII. A tese a que adere este autor britânico é a de que o silêncio cúmplice do papa em relação ao nazismo se devia à convergência entre o seu antijudaísmo, no molde cristão tradicional, e o seu anticomunismo cego. Ou seja, a prioridade absoluta do combate ao marxismo, associada a uma forte reserva em relação ao judaísmo, teria levado Pacelli a favorecer uma aliança tácita do catolicismo com o nazismo (pp. 296-297, 332, *passim*). Claramente inaceitável para Cornwell é a tese, geralmente advogada pelo Vaticano e por um importante conjunto de historiadores católicos e não católicos (inclusive judeus), de que o relativo silêncio

papal —ou mais exactamente, a falta de uma condenação nominal de Hitler, apesar das condenações de princípio do racismo e das perseguições e mortes por ele motivadas— se devia ao desejo de Pio XII de, por um lado, proteger de uma provável represália nazi os refugiados que encontravam asilo nos organismos católicos e de, por outro, usar a ameaça do pronunciamento público como um elemento negocial junto das autoridades nazis.

Cornwell empenha-se sobretudo, como forma de ataque a esta última tese, em combater a pertinência do caso holandês como exemplo de que esse tipo de pronunciamentos era contraproducente (pp. 285-288.) De facto, em 1942, os líderes protestantes e católicos holandeses ameaçaram as autoridades de ocupação alemãs com uma pastoral atacando explicitamente a perseguição e deportação dos judeus. Os nazis responderam oferecendo garantias em relação aos cristãos de origem judaica, que também eram abrangidos pela medida. Os responsáveis protestantes — que nunca são visados em todas estas polémicas, apesar de ser claro hoje que na Alemanha muitos deles oscilaram entre a subordinação passiva e o apoio entusiástico ao nazismo e ao anti-semitismo — concordaram, mas não o arcebispo católico de Utreque. As autoridades alemãs de ocupação responderam ao seu pronunciamento público de protesto e denúncia com um *raid* generalizado às casas religiosas católicas, tendo capturado dezenas de refugiados (cerca de 80, de acordo

com Cornwell). A política geral nazi de deportação de todos os judeus continuou.

Que estes factos pudessem ter impressionado o pontífice relativamente à inutilidade e à crueldade de arriscar precisamente aquele tipo de represália a uma escala global se fosse ele a pronunciar-se nos mesmos termos do arcebispo de Utreque, é algo que não merece a consideração de Cornwell. Que considera relevante, isso sim, o facto de apenas algumas dezenas de judeus terem sido capturados nos organismos católicos e de 20 000 judeus, e não os 40 000 a que Pio XII teria dado crédito —Cornwell insiste particularmente nesta inflação dos números por Pacelli —, terem sido deportados da Holanda. Para quem acusa o papa Pio XII de insensibilidade perante o sofrimento alheio, estes cálculos não parecem propriamente revelar grande sensibilidade. Sobretudo, o autor não parece considerar relevante que na Holanda, tal como o Vaticano sempre afirmara temer, um pronunciamento público de um bispo católico tenha sido não só completamente inútil em termos do salvamento das vítimas, mas tenha ainda acabado, mesmo involuntariamente, por arrastar para a morte mais algumas dezenas de pessoas até aí protegidas pela Igreja.

Aliás, note-se, não nos parece que o autor de *Hitler's Pope* alguma vez chegue ao ponto de defender algo que qualquer pessoa minimamente familiarizada com a história da governação de Hitler saberá ser, no mínimo, altamente improvável:

que houvesse a hipótese de que os nazis parassem a perseguição e o extermínio dos judeus por causa dos protestos do Vaticano. Se esse objectivo vital para Hitler não foi sacrificado sequer às necessidades de uma guerra de vida ou de morte, em que os recursos em homens e material que empenhou cada vez mais no extermínio dos judeus à medida que as frentes militares iam sucessivamente entrando em colapso poderiam ter feito a diferença, faria sentido admitir que ele seria posto de lado apenas porque o papa se lhe referisse publicamente? E, sendo assim, a que preço para vítimas inocentes alcançava Pio XII um álibi moral pessoal e institucional?

E aqui surge uma das várias estranhas omissões da obra *Hitler's Pope*. Na antologia vaticana de documentação sobre a segunda guerra mundial, que Cornwell menciona na sua bibliografia, existe todo um volume dedicado às relações com os bispos polacos⁴. Como se sabe, a Polónia, e apenas um pouco menos do que a Rússia ocupada, foi particularmente visada pelo terror nazi, como parte da zona eslava que Hitler pretendia colonizar com alemães de acordo com a sua teoria racial e do *Lebensraum* (espaço vital). Essa repressão particularmente dura visava

⁴ *Actes et documents du Saint-Siège relatifs à la seconde guerre mondiale. 3. Le Saint-Siège et la situation religieuse en Pologne et dans les Pays baltes, 1939-1945*, 2 vols., Lib. Ed. Vaticana, 1967.

sobretudo eliminar as elites dessas regiões. A Igreja católica polaca foi muito visada, com muitos padres a serem sumariamente executados ou internados em campos de concentração. Ora, como mostra esse volume documental, vieram do episcopado polaco *in loco* (e do da Lituânia sob ocupação soviética entre 1939 e 1941) sucessivos apelos no sentido de que parassem as condenações explícitas vaticanas sobre a repressão nessas zonas. E isto porque elas eram consideradas pelos bispos não só inúteis — não afectavam as acções dos nazis e não chegavam às populações —, mas até contraproducentes, pois pareciam acirrar a repressão e tornavam mais difícil a posição dos bispos na defesa da população e da Igreja, visto que deparavam com o argumento de que essas declarações mostravam como o catolicismo era inimigo da Alemanha e do nazismo. Ora, embora Cornwell registre as referências explícitas por parte de Pio XII à Polónia, em 1939, como um exemplo de que nem sempre ele observava um rígido silêncio, ignora, como se fosse irrelevante para a sua tese, a mudança da política papal que logo a seguir se verificou e que mostra que a política de condenações não nominais abrangeu também as catolicíssimas Polónia e Lituânia precisamente pela razão — de ponderar se não seriam contraproducentes do ponto de vista das vítimas — que o autor britânico descarta como imprecendente. Que Cornwell não ignora completamente estes factos mostra-o o facto de ter incluído uma citação de

um outro autor a este respeito, mas que não aprofundou⁵.

Mas a obra de Cornwell contém muitas outras falhas graves, e relativamente a muitos factos que ele dá como certos e que apresenta como essenciais na sua argumentação é possível mostrar que, pelo contrário, são falsos. A este respeito, as fontes portuguesas que estudámos para a elaboração da nossa tese de mestrado sobre as relações entre Portugal e o Vaticano reforçam ainda aquilo que a bibliografia estrangeira, conhecida ou desconhecida do autor, permite afirmar. Iremos referir-nos a seguir apenas a alguns aspectos-chave: a questão da *omnipotência de Eugenio Pacelli no Vaticano* e no seio do catolicismo mundial antes e depois de 1939; a questão da *imposição por ele da Concordata de 1933* aos bispos e fiéis alemães; a questão da encíclica *Mit brennender Sorge* de 1937; finalmente, duas questões-chave para avaliar a validade da tese de Cornwell, a do *peso do antijudaísmo e anticomunismo de Pacelli numa suposta aproximação tácita com os nazis* e a *actuação da Igreja católica em relação*

⁵ Cita a obra de Walter Laqueur, *The Terrible Secret*, sobre a questão mais geral da reacção às notícias do holocausto pelos diversos Estados e organizações na época e que conclui que o Vaticano estava bem informado do que se passava, mas — ligando a questão judaica e a questão polaca —, se não tinha ajudado as centenas de padres polacos que morreram em Auschwitz, não via como é que poderia ter-se pronunciado a respeito dos judeus que aí pereceram.

aos refugiados do nazismo nos anos 30 e 40.

O papel de todo-poderoso no Vaticano e no catolicismo mundial que é atribuído por Cornwell a Pacelli praticamente desde o momento em que começou a desempenhar funções no Vaticano é uma tese especialmente ridícula. Ela é totalmente desmentida por todas as fontes e obras historiográficas que conhecemos, e o autor nunca a sustenta com argumentação ou documentação alternativa. Aparentemente, para ele, a confiança que, por repetidas vezes, os superiores — Gasparri ou Bento XV e Pio XI — manifestaram em relação a monsenhor e depois cardeal Pacelli são prova suficiente do seu poder sobre eles (pp. 46 e 56.) Ora, mesmo quando, a partir de 1930, Pacelli se tornou cardeal secretário de Estado e a segunda figura da Santa Sé, ele era, sem dúvida, um conselheiro escutado por Pio XI, influente sobretudo no caso da Alemanha, em relação à qual tinha um conhecimento directo, mas de maneira alguma Pio XI, apresentado como doente e cada vez mais ausente por Cornwell, pode ser visto como dominado pela sua influência. Pelo contrário, todas as fontes diplomáticas, estrangeiras como portuguesas, são muito claras, ao longo de todo o reinado de Pio XI, a respeito do feitio decidido e mesmo autoritário deste papa, que era perigosamente susceptível a respeito de tudo o que lhe parecesse ser a violação das suas prerrogativas ou das liberdades da Igreja, o que o levou a

enfrentar sem receio e sem papas na língua (relativamente ao tradicional no Vaticano) Hitler, Mussolini ou Estaline quando entendia que o faziam. E a sua doença crescente não o impediu de manter uma mão firme na política interna e externa vaticana⁶.

Não é menos ridícula a afirmação repetida ao longo do texto por Cornwell de que Pacelli, logo como secretário de Estado, tinha uma espécie de poder absoluto sobre os episcopados de todo o mundo que teria levado ao seu silenciamento relativamente a Hitler e à Alemanha nazi a partir de 1933. Na realidade, quem conheça as pastorais explicitamente antinazis do cardeal Cerejeira, ou os editoriais do diário católico *Novidades*, sabe como isso é falso em relação a Portugal. E os episcopados norte-americano, britânico ou francês não eram menos explícitos do que o

⁶ Eis o retrato que Henrique Trindade Coelho (chefe da Legação portuguesa junto da Santa Sé de 1929 a 1934) traça do «feitio moral e político de Pio XI»: «Dia a dia [...] acaba com todos os privilégios [...]. Após o caso do cardeal Billot, nem mesmo estão seguros nas trémulas cabeças obedientes os chapéus do Sacro Colégio. Era natural que os velhos privilégios das coroas católicas — comprados a peso de ouro e de concessões num *in illo tempore* irressuscitável — caíssem automaticamente e definitivamente com elas. A Igreja, assim, sentindo-se mais livre e mais independente, não poderá pensar em restabelecer privilégios. Nunca mais mesmo os restabelecerá enquanto o sólio pontifício for ocupado por Pio XI. Tenho-o como um axioma.» (AMNE, 2P, A48, M192; of. 200 de LSS para MNE de 31-12-1933.)

português. Ora o próprio Cornwell cita pastorais antinazis destes últimos e refere mesmo a tese do contraste entre a política pró-democrática de Pio XI e a de Pio XII durante a segunda guerra mundial, sendo o primeiro o exemplo de um homem forte e determinado face à fraqueza do seu sucessor (pp. 189 e segs.)! Mais, Cornwell cita também o facto, perfeitamente documentado, de a diplomacia francesa se ter empenhado activamente na eleição de Pacelli, em 1939, como um continuador da política de Pio XI: de resistência face ao nazismo e ao comunismo. Tudo isto é referido pelo autor de *Hitler's Pope*, como o são ainda reservas na imprensa alemã em relação à eleição de Pio XII — ainda que não cite os textos mais duros e mesmo insultuosos, nomeadamente o do próprio jornal oficial do partido nazi (pp. e 206 segs.).

Como argumenta Cornwell no sentido de conciliar estes factos com a sua tese? Não vai além da ideia, que não demonstra de todo, de que o papa Pio XI estava, no final da vida, em desacordo com o seu secretário de Estado, o futuro Pio XII — quando estão documentadas, pelo contrário, manifestações de confiança de Pio XI no cardeal Pacelli e de ser até o seu candidato preferido para lhe suceder —, e de que essas campanhas dos diplomatas aliados estavam erradas, como o futuro o viria a mostrar, sem se preocupar em explicar como é que esse apoio franco-britânico a Pacelli e a hostilidade

nazi para com ele se conciliam com a sua tese de um Vaticano dominado, a partir de 1930, por um Pacelli com atitudes que convinham ao nazismo. De tal forma que cabe perguntar até que ponto o autor não sofre de alguma forma de dupla personalidade, visto que muitas vezes parece inconsciente dos dados contraditórios que pejoram a sua obra. Em todo o caso, o que é evidente é que *Hitler's Pope* não é sequer uma obra coerente, quanto mais convincente.

Será convincente uma obra que reproduz, em pormenor e com inegável rigor, o papel pessoal, hoje perfeitamente documentado, de Pio XII como intermediário entre a oposição alemã ao nazismo e o governo britânico em 1940? Ou seja, que mostra o suposto peão no jogo de xadrez de Hitler a jogar no sentido de derrubar o seu próprio rei? Como integra Cornwell estes factos na sua tese? Refere simplesmente que daqui se conclui a coragem pessoal do papa e a sua falta de simpatia por Hitler, pelo que os seus silêncios se teriam de explicar por outras causas (pp. 234 e segs.). Mas a sua tese explicativa fundamental desse silêncio é a da convergência tácita do Vaticano de Eugenio Pacelli, por via do antijudaísmo e do anticomunismo, com Hitler e o nazismo. Como se pode sustentar essa convergência em face de uma prova tão radical de divergência de Pio XII com estes últimos? Cornwell nada mais diz.

Em relação ao comportamento do episcopado alemão e da Santa Sé para

com o regime nazi, a começar pela Concordata de 1933, as falhas de Cornwell mostram como lhe fez falta a bibliografia que menciona, mas não leu, ou a que nem sequer menciona. A Concordata esteve longe de ser imposta ao episcopado alemão, como ele afirma, antes este foi sendo mantido informado e consultado a respeito das negociações diplomáticas, conduzidas pela Santa Sé, como sempre sucede nestes casos. Os diplomatas vaticanos e bispos alemães, cientes da provável má fé nazi na assinatura do acordo, hesitaram sobre a decisão a tomar. E, na realidade, a palavra final e decisiva a respeito de se dever ou não assinar a Concordata com o governo nazi veio da Conferência Episcopal Alemã, reunida em Fulda, que acabou por decidir pedir ao papa que assinasse a Concordata com urgência como uma última e indispensável barreira defensiva contra a crescente pressão nazi⁷.

⁷ Pp. 135 e segs. A respeito da Concordata com a Alemanha de 1933 e da sua integração no quadro de uma estratégia concordatária global, cf. Georg May, «La política concordataria de la Santa Sede desde 1918-1974», in H. Jedin e K. Reppen (eds.), *Manual de Historia de la Iglesia*, ix, *La Iglesia Mundial del Siglo XX*, Barcelona, Herder, 1984, pp. 274-341, e Konrad Reppen, «Política exterior vaticana en la época de las guerras mundiales», in H. Jedin e K. Reppen (eds.), *Manual de Historia de la Iglesia*, ix, *La Iglesia Mundial del Siglo XX*, Barcelona, Herder, 1984, pp. 119-120. Este autor refere como decisiva a reunião dos bispos alemães em Fulda de 29 a 31 de Agosto e refere ainda que logo na época, por exemplo, para o enviado britânico junto do papado, ficou claro que a Concordata com a Alemanha não implicava qualquer «adesão» ao nazismo.

Mais, entre 1933 e 1937 não reinou a paz entre a Igreja católica e a Santa Sé e o regime nazi, como se afirma em *Hitler's Pope*. Pelo contrário, até 1938, ou seja, até ao agravamento da crise internacional, reinou uma guerra de notas diplomáticas e de imprensa — com o *Osservatore Romano* e a imprensa católica mundial, de um lado, e o *Volkisch Beobachter* e a imprensa nazi, do outro — entre ambos os lados e ninguém naqueles anos a ignorou. A encíclica de Pio XI de 1937, *Mit brennender Sorge*, não é por isso um facto praticamente isolado que Cornwell defende. Ela é, isso sim, o coroar de um longo e crescente conflito (de que o autor britânico apenas menciona a pastoral do protesto dos bispos alemães de 1935.)

Além deste erro de base — que está longe de ser secundário para a tese do autor britânico de que o então cardeal secretário de Estado Pacelli impôs o silêncio em relação ao nazismo durante os anos 30 —, ele cai ainda numa nova série de contradições ao analisar a génese e significado da encíclica *Mit brennender Sorge* que mostram a fragilidade das suas análises. Depois de reconhecer o papel importante de Pacelli na elaboração do documento e o crédito que, portanto, ele merece por esse documento, Cornwell afirma logo adiante que, depois da sua publicação, ele tudo fez para amenizar a postura de Pio XI, anular na prática a condenação no texto da encíclica e efectivamente trair o seu

conteúdo⁸. Não é também exacta a sua caracterização do papel do futuro Pio XII na elaboração da encíclica. Assim, enquanto o primeiro borrão, da autoria do cardeal arcebispo de Munique, praticamente se limitava a listar as queixas que, a partir de 1933, a Igreja católica vinha apresentando face à perseguição nazi, a versão revista e alterada por Pacelli — cujas palavras iniciais passaram de *Mit grosser Sorge* (*Com Grande Preocupação*) para *Mit brennender Sorge* (*Com Ardente Preocupação*) — passou a incluir uma parte, a fundamental no texto definitivo, em que se examinam e condenam os princípios básicos do nazismo — entre estes destacava-se, evidentemente, o do racismo — pela sua absoluta contradição com os do cristianismo⁹.

Quanto ao conteúdo da *Mit brennender Sorge*, Cornwell conclui que contém palavras fortes, mas que nem por isso deixa de ser ambígua, desde logo, porque não visa nominalmente

Hitler e porque foi publicada praticamente a par de uma condenação do comunismo ainda mais forte (p. 183.) Ainda que o autor britânico não o refira explicitamente, ele é crítico da interpretação, que na época foi bem generalizada, de que essa publicação praticamente a par da referida condenação significava que ambas as ameaças eram colocadas, para todos os efeitos práticos, a par. Cornwell considera que a condenação do comunismo é mais dura do que a do nazismo.

Na realidade, a encíclica *Divini Redemptoris* não podia ignorar o facto de a doutrina comunista ser explicitamente ateia, coisa que os vários doutrinários nazis, nem sempre muito coerentes entre si, não afirmavam. Curiosamente, o autor de *Hitler's Pope* considera relevante, prova de maior contemporização, o facto de o nome de Hitler nunca ser mencionado no texto da encíclica, mas não menciona que os nomes de Lenine ou Estaline também nunca são mencionados na encíclica condenatória do comunismo. Na verdade, é característico deste tipo de textos papais, afirmações solenes de princípios, que, mesmo quando visam situações concretas, não entrem em grandes particularismos, nomeadamente apontando explicitamente as personalidades políticas visadas. Ninguém na época, a começar pelos próprios nazis, com Hitler à cabeça, se equivocou minimamente sobre o alvo e o significado da condenação contida na *Mit brennender Sorge*. Significativamente a imprensa nazi atacou o Vati-

⁸ *Ibid.*, pp. 181-182 e 184.

⁹ Konrad Repgen, «Política exterior vaticana en la época de las guerras mundiales», in H. Jedin e K. Repgen (eds.), *Manual de Historia de la Iglesia*, ix, *La Iglesia Mundial del Siglo XX*, Barcelona, Herder, 1984, pp. 126-127. Segundo este autor, só com a parte acrescentada por Pacelli se tornava absolutamente explícita a ligação entre a perseguição à Igreja e os princípios fundamentais do Estado nazi, ou seja, que não se tratava de algo contingente, assim como a condenação pelo papa destes últimos — nomeadamente o culto da força, o culto do chefe, o culto da raça — como incompatíveis com o cristianismo ppor o seu paganismo, idolatria e racismo violarem direitos naturais universais.

cano — e particularmente Pacelli — com enorme virulência em torno do mote de que se tinha definitivamente deixado cair a máscara que escondia a aliança do papa com o judaísmo mundial. E a repressão sobre a rede, sobretudo da imprensa local católica, que permitiu o facto espantoso de ter sido possível fazê-la chegar em segredo e lê-la e divulgá-la num mesmo domingo por toda a Alemanha nazi foi impiedosa — com muitas prisões e mesmo alguns assassínios nos meses seguintes.

Quanto ao ponto decisivo da tese de Cornwell: o facto de o antijudaísmo de Pacelli e o seu anticomunismo o terem levado à frieza para com os sofrimentos dos judeus e a uma apreciação positiva do papel dos nazis no combate ao comunismo, neste ponto, mais do que as contradições, são as omissões que merecem menção. Cornwell documenta por duas vezes referências em documentos da autoria de Pacelli que representam um uso pejorativo do termo «judeu», associado a ameaçadoras irrupções na nunciatura de insurrectos comunistas na Alemanha em crise de 1919 (pp. 74 e segs.) No entanto, na conclusão menciona o facto como se tivesse documentado um fio contínuo ao longo dos anos desse tipo de referências. E esquece que na mesma altura Pacelli, ao descrever os seus encontros com o presidente da comunidade judaica da Baviera, se mostra muito respeitoso. Na realidade, e como Cornwell refere, Pacelli, quando jovem estudante, foi alvo de uma dou-

trinação antijudaica tradicional no cristianismo até ao início deste século que claramente veio ao de cima associada à ideia corrente, com alguma base factual, de que muitos comunistas, quer na Rússia, quer na Alemanha, eram judeus. A isto acrescentava-se «naturalmente», num contexto claramente preconceituoso, a ideia de que aí, e isto desde o «judeu» Marx, estaria a explicação da sua especial hostilidade para com as Igrejas cristãs. Mas o autor britânico de *Hitler's Pope* parece considerar que este claro aflorar de uma influência racista teria de significar que Pacelli iria ser hostil aos judeus para o resto da vida. Isto quando nos parece ambígua já nessa época a posição de Pacelli relativamente aos judeus — hostil para com os revolucionários comunistas «judeus», mas respeitosa para com o burguês chefe da comunidade judaica bávara — e claramente não racista. Já que, ainda que o então núncio Pacelli recomende que a Santa Sé não conceda a ajuda requerida pela comunidade judaica bávara para obter em Itália (país com o qual então o Vaticano não mantinha sequer relações diplomáticas) folhas de palmeira para festejar a Páscoa, deixa claro que o faz porque não se trata de um pedido de auxílio respeitante a algo que se prende com o respeito dos direitos comuns a todos os homens e a que o direito natural obrigasse, mas sim relativo a um elemento específico do culto judaico (pp. 69-72). Portanto, o que Cornwell consegue mostrar — ao

contrário do que afirma — é que, se o futuro Pio XII não foi totalmente imune ao antijudaísmo reinante no catolicismo à época da sua formação e não tinha em 1917 um perfil propriamente ecuménico, ao mesmo tempo, nunca teve preconceitos raciais contra os judeus no seu conjunto e considerava já nessa altura que não lhes podiam ser negados os direitos humanos básicos devidos a todos. Precisamente o que os nazis fizeram numa escala nunca vista.

Sobretudo, e esta é mais uma das omissões espantosas de *Hitler's Pope*, há um episódio perfeitamente conhecido e documentado durante a segunda guerra mundial e em que se torna claramente manifesto que Pio XII não mostrava, de todo, uma frieza diplomática e antijudaica para com esses acontecimentos que Cornwell lhe atribui. Num encontro, em Maio de 1940, com o embaixador italiano Attolico que viera protestar em nome do governo italiano pelo alinhamento do Vaticano com os aliados, que a Itália fascista considerava evidente, Pio XII respondeu-lhe que devia até proferir palavras mais fortes («palavras de fogo») a respeito do que se passava na Polónia (onde, de acordo com as informações dos bispos, o papa sabia que as maiores vítimas de atrocidades nazis eram os judeus), mas que não o fazia por receio de piorar ainda a situação das vítimas. E repetidas vezes na sua correspondência ao longo da guerra assoma a dúvida e a angústia sobre se a política de silêncio quanto a

condenações nominais pela qual se decidiu por receio de aumentar o sofrimento das vítimas seria de facto a melhor. Portanto, faz todo o sentido perguntar-nos se a decisão a que chegou foi, de facto, a melhor, mas dificilmente se pode argumentar que a imagem que fica da documentação é a da frieza papal em relação a estas questões¹⁰.

Quanto ao anticomunismo de Pacelli e do Vaticano em geral, apresentado como definidor de uma atitude totalmente distinta em relação a Moscovo da adoptada em relação à Berlim nazi, de novo encontramos estranhíssimas omissões na obra de Cornwell. Já que, o autor de *Hitler's Pope* se esquece de mencionar o esforço feito pelo Vaticano, a partir da revolução russa de Fevereiro de 1917, para entrar em contacto com os novos governos revolucionários. E, sobretudo, ignora as negociações intermitentes entre a Santa Sé e o governo soviético entre 1920 e 1927, em que, o supostamente inacessível e absolutamente hostil a qualquer contacto com o comunismo, Eugenio Pacelli teve um papel fundamental, através de contactos com os representantes soviéticos na Alemanha.

Na realidade, em relação ao nazismo, como em relação aos regimes de esquerda violentamente anticlericais no México, na França, em Portu-

¹⁰ Cf., para documentar e comentar estas referências, P. Blet, «Pie XII entre la guerre et la paix», in *Pie XII et la cité...*, Téqui/Presses Universitaires d'Aix-Marseille, pp. 110-112.

gal, ou na Espanha, o papado, a partir de 1914, adoptou uma política consistente de, independentemente da situação política vigente, não cortar relações diplomáticas de, sempre que possível, procurar restabelecê-las e procurar alcançar acordos com o poder vigente de forma que desse à Igreja católica as condições mínimas para o exercício da sua missão religiosa. Fê-lo com a Rússia soviética, como com a Alemanha nazi, como com todos esses regimes anticlericais. Como afirmou, em 1929, o papa Pio XI, de forma invulgarmente clara para o Vaticano: «Se for necessário para salvar uma alma que seja [...] teremos coragem suficiente para negociar com o próprio Diabo» (*Osservatore Romano*, 16-5-1929).

Esta política não foi alterada no fundamental pela segunda guerra mundial, que apenas reforçou o pragmatismo apolítico do Vaticano na defesa de princípios religiosos e humanitários fundamentais. Nem foi diversa a política aplicada em relação à Rússia soviética ou ao Leste por ela dominada a partir de 1945. O Vaticano esperou dez anos (de 1927 a 1937), em vão, por uma alteração na posição negocial soviética relativamente à intransigência verificada nos sete anos antecedentes de negociações inúteis antes de, após várias notas de protesto, emitir uma condenação formal e solene mediante a encíclica *Divini Redemptoris*. A obra recente (1992) do historiador italiano Andrea Riccardi, *Il Vaticano e Mosca* (*O Vaticano e Moscovo*),

mostra que Pio XII adoptou uma postura pragmática e flexível à partida em relação aos regimes do Leste, após 1945, apesar dos seus temores a respeito das consequências do comunismo para a Igreja. Mostra também que foi fundamentalmente por vontade dos novos regimes que se deu a ruptura de relações com o Vaticano¹¹. Que se percebe no quadro de uma estratégia de Moscovo de monopolização do poder na sociedade pelos partidos comunistas por si controlados que impunha o ataque à Igreja católica, visada também no quadro da satelização dos países sob ocupação do exército vermelho que impunha o corte de todo o tipo de relações autónomas com poderes exteriores, de que o exemplo mais marcante foi a rejeição da participação no plano Marshall. Nem sequer é correcto afirmar que a condenação do comunismo pelo Vaticano, antes ou depois de 1945, tenha sido feita sem matizes, de forma absoluta, ao contrário do que sucedera com o na-

¹¹ A. Riccardi, *Il Vaticano e Mosca*, Bari, Laterza, 1992, pp. 26 e segs. O que o papa não fez foi procurar, mais uma vez e por sua iniciativa, negociar directamente com Moscovo. Também não foram restabelecidas, por iniciativa da Santa Sé, as relações com a Polónia e a Hungria, mas em ambos os casos Riccardi mostra que isso se deveu sobretudo à pressão nesse sentido do próprio episcopado polaco e húngaro, que, perante a delicadeza da situação, preferia ser ele a gerir as relações com os novos governos comunistas, em vez de um qualquer diplomata do Vaticano com pouca experiência da realidade e sensibilidades locais.

zismo. Na verdade, os papas Pio XI e Pio XII tiveram o cuidado de salvaguardar o que havia de válido nos objectivos de justiça social do comunismo, que não nos seus métodos, de distinguir entre o povo russo, vítima maior dessa ideologia, e os seus dirigentes; e o Vaticano deu sinais claros, logo na década de 50, de que mantinha também em relação ao Leste europeu como princípio fundamental o de negociar com qualquer tipo de regime desde que o objectivo fosse o de estabelecer acordos em que esses regimes aceitassem limitar o seu carácter anticlerical ou totalitário em relação à Igreja católica¹².

Mas não é verdade que Cornwell documenta que o Vaticano se mostrou muito mais favorável em relação ao regime nazi do que em relação ao comunismo antes e durante a segunda guerra mundial? A resposta é: não, não é verdade. Quando se procuram as bases documentais deste argumento apresentado como evidente, o que se verifica é que, afinal, ele assentava praticamente só no facto de o Vaticano ter mantido um núncio em Berlim, o que não sucedia em Moscovo. Já vimos que, se era assim, não era por falta de vontade de Roma em ter uma representação nesta última capital. E é mesmo possível mostrar, como Cornwell refere aliás, que a retirada do núncio em Berlim

chegou a ser ponderada em 1938. O que, aliás, mostra bem a que ponto chegava então o nível de hostilidade mútua entre o Vaticano e Berlim, que, lendo *Hitler's Pope*, não se percebe donde vem. Ora a manutenção do núncio em Berlim, defendida pelo então secretário de Estado Pacelli, não é justificada por este em nome de qualquer necessidade de uma estratégia concertada contra o comunismo, mas sim por virtude de nada se ganhar com essa retirada e, pelo contrário, se perder uma importante via de ligação directa com o episcopado alemão.

Mais, é possível documentar que Pacelli, já como papa Pio XII, usou essa ligação para louvar e encorajar os membros do episcopado alemão mais hostis ao nazismo e censurar os que lhe pareciam ceder perante ele. Ou seja, exactamente o oposto daquilo que Cornwell defende. O exemplar dos *Actes*, que reúne a correspondência papal com os bispos alemães no período da segunda guerra mundial, é perfeitamente eloquente a este respeito, mostrando Pio XII a afirmar claramente a continuidade com a linha definida na *Mit brennender Sorge*¹³. Nunca vimos a sua autenticidade contestada; todavia, Cornwell

¹² H. J. Stehle, «The difficult shift toward co-existence», in *Eastern Politics of the Vatican*, Athens, Ohio University Press, 1981, pp. 285 e segs.

¹³ Sobre esta questão, os melhores guias são: em termos documentais, os *Actes et documents du Saint Siège relatifs à la seconde guerre mondiale*, 2, *Lettres de Pie XII aux évêques allemands 1939-1944*, Lib. Ed. Vaticana, 1965; em termos de análise, P. Blet, *Pie XII et la seconde guerre mondiale*, Paris, Perrin, 1997, pp. 63-82 (máxime p. 74).

nunca se lhe refere, como se fosse algo irrelevante para a sua tese. Esses documentos mostram mesmo o Pio XII autoritário e silenciador das tendências antinazis nos católicos alemães que nos é apresentado por Cornwell a assumir uma atitude de autojustificação humilde perante as críticas que alguns bispos alemães mais antinazis lhe dirigiam por considerarem insuficientes as críticas papais a Hitler. Nestas respostas justificativas de Pio XII perante os bispos alemães aparece mais um elemento a explicar a sua atitude de recusa de uma condenação explícita da Alemanha e do regime alemão: ela podia ser feita com muito mais legitimidade e força por bispos alemães de patriotismo comprovado — como Von Gallen, que fora capelão no exército na primeira guerra mundial, condecorado por bravura — do que por um papa que era constantemente apresentado pela propaganda do regime como estrangeiro e hostil.

É também perfeitamente possível documentar a inexistência de qualquer aliança anticomunista do Vaticano com a Alemanha, e isto quer ao nível das palavras, quer ao nível das acções. Quando, em 1941, na sequência da entrada da Itália ao lado da Alemanha no ataque à URSS, se verificou uma diligência pelo embaixador italiano Attolico no sentido de obter uma declaração papal a outorgar a dimensão de cruzada ao ataque à Rússia, um dos diplomatas de maior confiança de Pio XII — e de expressão bem mais clara do que ele —, o seu braço direito neste campo até à

morte, Mons. Tardini, respondeu a Attolico que ela seria impossível. E, quando este insistiu na necessidade de uma convergência contra o comunismo, o diplomata do Vaticano respondeu-lhe comparando o comunismo ao nazismo, e retorquiu, quando Attolico lhe contrapôs que o primeiro era o maior inimigo da Igreja, não saber dizer qual dos dois seria o maior inimigo da Igreja, mas sempre lhe diria que ele via a guerra russo-alemã, não de acordo com a doutrina da cruzada, mas sim de acordo com o dito popular italiano «se um diabo vai atrás do outro...»¹⁴. Em conversa do mesmo teor com o representante americano, Tardini regista o seu desejo ardente de que a guerra trouxesse o fim do comunismo e do nazismo na Europa¹⁵. Pensar que pudesse fazer estas declarações sem o conhecimento e aprovação de Pio XII é ridículo.

Em contraste com esta recusa face às pressões do Eixo para a expressão de uma solidariedade papal face ao ataque à URSS, está a forma como foi tratado o pedido de Roosevelt a Pio XII de que esclarecesse os católicos americanos no sentido de que o auxílio americano a Moscovo não era contrário à doutrina da *Divini Redemptoris*, o que o papa fez imediatamente e sem levantar dificuldades¹⁶. Estes factos são

¹⁴ P. Blet, *op. cit.*, pp. 135-137.

¹⁵ A. Riccardi, *Il Vaticano e Mosca*, Bari, Laterza, 1992, pp. 7-9.

¹⁶ G. P. Fogarty, *The Vatican and the American Hierarchy from 1870 to 1965*, Estugarda, Anton Hiersemann, 1982, pp. 271 e segs.

perfeitamente conhecidos e referidos por vária bibliografia sobre a política externa vaticana nestes anos. Mas Cornwell, mais uma vez, não os menciona.

Não é naturalmente conhecido internacionalmente o conteúdo das fontes portuguesas com relevância para estas questões, mesmo as publicadas na colectânea respeitante ao período da segunda guerra mundial — *Dez Anos de Política Externa 1937-1947*. Mas a verdade é que elas são particularmente reveladoras a este respeito. E isto porque o representante português junto da Santa Sé num período importante (1935-1940) foi um diplomata, Vasco de Quevedo, claramente filonazi e anti-semita, portanto um adepto fervoroso da tese da convergência anticomunista entre o Vaticano e Berlim, que Cornwell defende que foi uma realidade. É, portanto, relevante perceber se Vasco de Quevedo se mostrava satisfeito com as posições do Vaticano e do então secretário de Estado Pacelli relativamente à Alemanha e aos outros Estados europeus, como a tese de *Hitler's Pope* deixaria supor.

O que sucede é que Quevedo, como aliás o seu sucessor, o mais aliadófilo Carneiro Pacheco, consideravam os meios vaticanos claramente hostis ao nazismo. Isto era incompreensível e inaceitável para Quevedo, que apontava Pacelli como o principal responsável por este facto e pela aproximação entre Roma e as capitais das democracias ocidentais — sobretudo Paris e Washington. Os

seus diálogos, quer com Pio XI, quer com o então cardeal secretário de Estado Pacelli, permitem chegar a conclusões claras e importantes.

Em Setembro de 1938, Quevedo mostra-nos um Pio XI profundamente preocupado pela aproximação entre a Itália fascista e a Alemanha nazi no campo das leis raciais. E numa das últimas audiências de um pontífice já mortalmente doente ele surge, longe da passividade que Cornwell lhe atribui, claramente determinado na sua postura internacional e resistente a qualquer subalternização do perigo nazi em relação ao perigo comunista. Mas são especialmente duas audiências de Vasco de Quevedo com o então cardeal Pacelli, futuro Pio XII, que nos parecem particularmente úteis por permitirem documentar de forma directa a falta de pertinência das teses de Cornwell. Referiremos apenas uma, talvez a mais explícita, por razões de economia de espaço. Quevedo afirmou, em 1937, numa diligência junto do cardeal Pacelli, então secretário de Estado da Santa Sé, a respeito da condenação do rexismo — corrente política belga de extrema-direita católica próxima do nazismo — pelo cardeal de Malines: «*É um facto* que Degrelle, chefe do partido rexista, consubstancia uma política *nacional de emancipação* anticomunista e Van Zeeland, do partido democrata-cristão belga, é orientado pela *política de transigência* que levou o mundo à beira da catástrofe!»

Ao que Pacelli reagiu de forma muito clara, afirmando, «num tom, embora afectuoso, vivo e... apaixonado»

nado»: «Sim, mas a Igreja não pode aplaudir qualquer orientação política que se pareça com o nazismo! Veja, Excelência, o que se passa na Alemanha: além de serem negadas aos católicos as liberdades mais elementares [...] a imprensa alemã faz uma campanha [...] ignóbil contra a Igreja, campanha inqualificável, odiosa e selvagem! Não pode calcular [...] até que ponto vai a perseguição que se faz, neste momento, aos católicos e à Igreja [...] E, a propósito, dir-lhe-ei que, se nós sabemos que entre os nacionalistas espanhóis há gente de primeira ordem, também não ignoramos que entre os legionários há muitos de tendências nazis, gente inconveniente e perturbadora [...].»

E, perante a objecção de Quevedo de que na Alemanha as igrejas permaneciam abertas e de que o clero não era morto e torturado, como na Rússia, respondeu Pacelli: «Sim», diz o cardeal, interrompendo-me, «mas o nazismo, não matando, nem incendiando, consegue o mesmo resultado [...] acabar com a Igreja e com a religião.»

Quevedo termina o seu relato da conversa com Pacelli afirmando ter tido vontade de lhe perguntar se os católicos alemães apoiavam Hitler, como apoiavam Léon Blum (o líder do governo francês da Frente Popular, que Pacelli visitara recentemente em Paris), mas achou melhor não continuar a conversa «num tom de controvérsia»¹⁷.

¹⁷ Doc. 972, of. 69 de LSS para MNE de 14-5-1937, *Dez Anos de Política Externa*, vol. 2, Lisboa, MNE, 1968, pp. 281-286.

Mas, enfim, que conclusões tiramos desta análise de conjunto de *Hitler's Pope*? Que o livro de Cornwell é uma obra cheia de erros factuais em aspectos-chave. Que abunda em omissões inaceitáveis em relação a documentos e factos com evidente pertinência para a ponderação da natureza das relações entre o Vaticano e a Alemanha. Que as suas análises são simplistas e claramente insatisfatórias, a começar pela tese do peso decisivo de Pacelli na diplomacia vaticana, praticamente desde o momento do seu ingresso nela. O livro *Hitler's Pope* nem sequer consegue formar um conjunto coerente, pejado que está de contradições, com o autor a escrever afirmações contraditórias à distância de algumas páginas. Quem quiser uma obra contra Pio XII e o Vaticano, mas que seja ao menos coerente e bem documentada, ainda que do nosso ponto de vista se mostre claramente preconceituosa, então leia o livro de Annie Lecroix-Riz, *Le Vatican, le Reich et l'Europe*, editado pela Armand Colin. Do nosso ponto de vista, os melhores volumes sobre este período são, claramente, o livro de O. Chadwick, *Britain and the Vatican during the Second World War*, da Cambridge University Press, e a obra de P. Blet, *Pie XII et la seconde guerre mondiale*, editado pela Perrin, que cobrem boa parte do material arquivístico relevante. Ao contrário do que afirma Cornwell, Chadwick não é um defensor acérrimo de Pio XII, mas um historiador anglicano

desejoso de imparcialidade [ele, aliás, numa das suas contradições, também o chega a afirmar! (cf. p. 381)]. A sua empatia vai para o representante britânico junto do Vaticano, D'Arcy Osborne, e não propriamente para Pio XII, que está longe de condenar como um cúmplice do nazismo, mas que é alvo de críticas várias e apropriadas. E que têm a ver sobretudo, não tanto com o acerto das suas decisões — é duvidoso, segundo ele, que, de uma forma ou de outra, elas tivessem grande peso na situação — ou com a bondade das suas intenções, mas com o facto de o seu formalismo, a sua crença no peso da diplomacia como forma de resolver os conflitos internacionais, a sua tendência para uma retórica demasiado rebuscada, a sua personalidade sensível e pouco dada a rupturas, o terem equipado mal para lidar com o poder nazi. A mesma conclusão conta com a adesão de A. Riccardi, que nas suas excelentes obras de síntese sobre o papado no século XX, especialmente *Il potere del papa da Pio XII a Giovanni Paolo II e Vaticano e Mosca*, ambas publicadas pela Laterza no início dos anos 90, aponta ainda como provável o papel que a ilusão de preservar uma função mediadora do papado que pudesse acelerar a paz teria tido como infeliz moderador das condenações papais.

Pio XII não está acima de críticas. E, como referimos de início, se a história não deve ser moralista, ela não pode, até por isso, pretender esgotar este tipo de questões. Pes-

soalmente, e tal como Cornwell, temos mais simpatia, por exemplo, por João XXIII do que por Pio XII. E parece-nos ter algo de inexplicável a actual política de canonizações (da Congregação para a Causa dos Santos e do papa João Paulo II), quando não se hesita em elevar Mons. Escrivá aos altares, apesar da sua ligação com o franquismo, mas se argumenta com as dificuldades resultantes do carácter excessivamente político no processo respeitante ao arcebispo Oscar Romero. Sem dúvida que a posição de Pio XII durante a segunda guerra mundial, pela complexidade e dificuldade da situação em que o papa se encontrava, merece, não uma, mas muitas análises, em que a história tem uma função importante — como referencial de rigor e imparcialidade que nos parece essencial —, mas, repetimos, não exclusiva. Nomeadamente a contribuição da ética seria para nós do maior interesse. A obra de Cornwell poderá, neste contexto, resultar das melhores intenções, mas ela parte de uma confusão sobre a natureza do trabalho histórico e resulta numa obra que é uma confusão ainda maior num campo em que já existe uma quantidade apreciável de trabalhos de qualidade.

O nível do trabalho historiográfico do autor de *Hitler's Pope* é ilustrado por um exemplo final, paradigmático e central para a avaliação desta obra. Cornwell menciona uma obra importante do diplomata judeu Pinchas Lapide, *The Last Three Popes and the Jews*, em que este último se aplicou

a examinar o papel do conjunto dos organismos católicos no salvamento de judeus — de que se destaca o Raphaelsverein dos padres palotinos, sempre em estreita ligação com a diplomacia papal, nomeadamente em Lisboa, que era um centro importante de passagem de refugiados — e chegou à conclusão de que a Igreja católica no seu conjunto contribuiu para o salvamento de 840 000 judeus. Cornwell, sem contestar este número e a pesquisa em que ele assenta, limita-se a lançar um ataque *ad homine* dizendo que esta obra ou os louvores que inúmeras organizações judaicas e a própria Goulida Meir fizeram do papel de Pio XII e da Igreja católica no salvamento de judeus durante a segunda guerra mundial têm a ver simplesmente com o desejo israelita de obter o reconhecimento papal (pp. 378 e segs.) Mais, coloca a par, de uma forma que apenas se pode considerar demagógica e que revela uma completa incompreensão do papel do historiador, as conclusões desta obra e as afirmações de uma das judias romanas que foram deportadas pelos nazis — e cuja família foi tragicamente morta em Auchewitz — no sentido de que Pio XII não salvou ninguém (pp. 317-318). Isto quando o próprio Cornwell refere na sua obra o facto de muitos judeus terem sido salvos por terem encontrado refúgio no Vaticano, nos imóveis papais com extraterritorialidade, e em casas religiosas espalhadas pela cidade¹⁸. Como con-

¹⁸ Sobre esta questão, os melhores guias são: em termos documentais, o volume res-

ciliar isto, o facto de Pio XII os acolher na própria «casa», com a suposta hostilidade papal para com os judeus e a forma como ela inibiu a acção dos católicos contra o nazismo e o anti-semitismo? Cornwell não desarma e avança com a mais ridícula das suas teses, a ideia de que isto não é mais do que uma manifestação de uma espécie de atavismo italiano no sentido da hospitalidade, como se o risco que estas instituições corriam face a um poder nazi que controlava a cidade de Roma fosse algo de secundário e esta decisão tivesse alguma coisa de automático e natural. Argumentação completada pela ideia implícita de que Pio XII, que é apresentado por Cornwell ao longo do resto da sua obra como um autoritário obcecado pelo controle da sua Igreja por todo o mundo, não

pectivo dos *Actes et documents du Saint Siège relatifs à la seconde guerre mondiale*, 9, *Le Saint Siège et les victimes de guerre, janvier-décembre 1943*, Lib. Ed. Vaticana, 1975; em termos de análise, o artigo de O. Chadwick, «Weizsäcker, the Vatican, and the Jews of Rome», in *Journal of Ecclesiastical History*, Abril de 1977, pp. 179-199, em que este último destaca, por exemplo, o trabalho do padre Benoît, um capuchinho, que alojou e protegeu largas centenas de judeus no seu convento e contou na sua acção com toda a colaboração da Secretaria de Estado, assim como com o fechar de olhos conivente do então embaixador alemão junto da Santa Sé, Von Weizsäcker, que chegou a homologar, com a condição apenas da prévia aprovação da Secretaria de Estado, documentação para estes refugiados que, omitindo a sua qualidade de judeus, os reconhecia como refugiados de guerra «legais» sob a protecção do Vaticano e do Comité Internacional da Cruz Vermelha.

teria tomado conhecimento das presenças sobre as autoridades alemãs feitas em seu nome pelos diplomatas vaticanos — e que portanto não tinha, ao contrário do que afirmavam os seus diplomatas, qualquer intenção de protestar se a perseguição aos judeus prosseguisse — ou do refúgio concedido a judeus no seio do próprio Vaticano (pp. 310-312). Como toda a obra, também este desfecho da história contada por Cornwell em *Hitler's Pope* não é nem convincente nem coerente.

BRUNO CARDOSO REIS

Alexandre Castro Caldas, A Herança de Franz Joseph Gall. O Cérebro ao Serviço do Comportamento Humano, McGraw-Hill Editora, Amadora, 1999.

A Herança de Franz Joseph Gall é o título que Alexandre Castro Caldas, professor de Neurologia da Faculdade de Medicina de Lisboa, ele próprio herdeiro de uma das mais distintas cátedras da medicina portuguesa, clínico e investigador credenciado na área a que chama «neurociências cognitivas», escolheu para um livro que pretende explicar como está «o cérebro ao serviço do comportamen-

to humano». Este subtítulo é, decerto, mais revelador do que a herança de alguém que é, para a maior parte daqueles a quem a obra se destina, inteiramente (e de certo modo injustamente) desconhecida. De Gall ficou apenas a expressão corrente de «ter bossa» para a música ou para a literatura, significando uma particular aptidão para essas artes. Mas ele foi um dos primeiros, como Castro Caldas explica, a tentar localizar as funções nervosas em áreas específicas do cérebro, conceito operacional ainda hoje fundamental para o diagnóstico e a terapêutica das afecções do sistema nervoso.

Este volume é produto de um notável talento didáctico. Em discurso directo, por vezes na primeira pessoa, noutras num plural majestático, e com meridiana clareza, dirige-se o autor a uma assembleia larga; psicólogos, filósofos, técnicos de reabilitação, enfermeiros e professores do ensino secundário são a audiência a quem, a meu ver, o livro pode servir. É, de facto, um *précis*, demasiado elementar em áreas como a anatomia, a fisiologia, ou das correlações clínico-patológicas, para ser de real utilidade a um estudante de medicina. Para tanto teria sido útil, por exemplo, tratar também a neurobiologia do desenvolvimento — certamente uma disciplina fundamental do novo século —, a neurofarmacologia, ou a neuroendocrinologia, pois o eixo hipotálamo-hipofisário tem, aliás, um papel não desprezível nalgumas das funções que são objecto deste trabalho.